



André Dusek/AE

Abreu explica o orçamento: déficit de 2% é possível

Total de reduções é de Cz\$ 624 bilhões

BRASÍLIA — É de Cz\$ 624,7 bilhões o total dos cortes constantes da nova proposta de Orçamento Geral da União para 1989, incluindo-se aí os ajustes decorrentes da Operação Desmonte, portanto, menos da metade dos Cz\$ 1,3 trilhão inicialmente previstos pelo Ministério do Planejamento. Os cortes efetivos determinados pelo governo para o orçamento de 89, com relação ao orçamento de 1988, atingiram principalmente a área social. A área militar, à exceção do Serviço Nacional de Informações (SNI), não foi atingida pelos cortes, e até obteve expressivos aumentos nas suas verbas para o próximo ano, como foi o caso do Conselho de Segurança Nacional, que poderá gastar 124% mais que este ano.

De um total de 48 órgãos e itens orçamentários, 25 sofreram cortes efetivos na nova proposta orçamentária de 89, comparando-se com as suas dotações aprovadas para o orçamento deste ano; 14 não tiveram nem corte nem acréscimo nas suas dotações, mantendo um "crescimento zero"; e apenas nove tiveram suas despesas aumentadas.

O maior corte de despesas no orçamento da União para 1989 recaiu sobre o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Am-

biente, que chegou a atingir 92,5% (ou seja, a despesa orçamentária do ministério, que este ano está aprovada em Cz\$ 42,28 bilhões, foi comprimida para Cz\$ 3,18 bilhões para 1989). Os outros cortes mais expressivos foram definidos para os Ministérios do Planejamento (85%), Saúde (12%), Minas e Energia (37%), Agricultura (29%), Educação (22%), Interior (14%), Justiça (20%), Trabalho (49%), Transportes (45%), Cultura (21%), SNI (30%), e Reforma e Desenvolvimento Agrário, com um corte de 64% com relação às suas despesas aprovadas para 1988.

Para o governo do Distrito Federal o corte foi de 70% com relação ao aprovado para 1988, Câmara dos Deputados (26%), Senado Federal (25%), Justiça Eleitoral (44%), Presidência da República (40%), encargos previdenciários da União (apenas 0,1%), outras transferências para Estados e municípios (10%), e encargos financeiros da União (83%).

Em relação à proposta orçamentária apresentada pelos diversos órgãos do governo, porém, apenas o MIC/Proasal (programas especiais da indústria e comércio) e o Estado-Maior das Forças Armadas tiveram seus pedidos de recursos inteiramente atendidos. Todos os demais sofreram cortes (ver tabela ao lado).